Siemens Aparelhos Auditivos Ltda.

CNPJ nº 14.011.614/0001-83

Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial - 30 de setembro de 2013 (Em milhares de reais)

Ativo	**2013**
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	**4.541**
Contas a receber (Nota 4)	**4.066**
Estoques (Nota 5)	**3.150**
Partes relacionadas (Nota 7)	**293**
Adiantamentos e outros créditos	**28**
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 6)	**319**
Total do ativo circulante	**12.397**
Não circulante	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	**660**
Outros ativos circulantes	**3**
Imobilizado (Nota 8)	**633**
Total do ativo não circulante	**1.296**
Total do ativo	**13.693**

Passivo	**2013**
Circulante	
Fornecedores	**509**
Impostos e contribuições a recolher (Nota 9)	**325**
Obrigações trabalhistas	**928**
Partes relacionadas (Nota 7)	**5.978**
Provisão para imposto de renda e contribuição social	**131**
Provisão para garantias (Nota 11)	**536**
Total do passivo circulante	**8.407**
Não circulante	
Provisões para garantias (Nota 11)	**869**
Total do passivo não circulante	**869**
Patrimônio líquido	
Capital social (Nota 12)	**4.154**
Lucros acumulados	**263**
Total do patrimônio líquido	**4.417**
Total do passivo	**13.693**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Período de 01 de julho de 2013 (data da constituição da Empresa) a 30 de setembro de 2013 (Em milhares de reais)

	2013
Receita operacional líquida (Nota 14)	**4.699**
Custo dos produtos vendidos e dos serv. prestados (Nota 15)	**(3.551)**
Lucro bruto	**1.148**
Receitas (despesas) operacionais:	
Vendas, administrativas e gerais (Nota 15)	**(1.391)**
	(1.391)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	**(243)**
Receitas financeiras (Nota 16)	**36**
Resultado financeiro líquido (Nota 16)	**36**
Prejuízo antes do imp. de renda e da contrib. social	**(207)**
Imp. de renda e contribuição social corrente (Nota 10)	**(190)**
Imp. de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	**660**
	470
Lucro líquido do exercício	**263**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Período de 01 de julho de 2013 (data da constituição da Empresa) a 30 de setembro de 2013 (Em milhares de reais)

	2013
Lucro líquido do exercício	**263**
Resultado abrangente total	**263**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de 01 de julho de 2013 (data da constituição da Empresa) a 30 de setembro de 2013 (Em milhares de reais)

	Capital social	**Reserva de lucros**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Total**
Integralização de capital social em 1º/07/2013	**4.154**	**-**	**-**	**4.154**
Lucro do exercício	-	-	263	263
Transferência do lucro do exercício	-	263	(263)	-
Saldos em 30/09/2013	**4.154**	**263**	**-**	**4.417**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Período de 01 de julho de 2013 (data da constituição da Empresa) a 30 de setembro de 2013 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	**2013**
Prejuízo antes do imp. de renda e da contribuição social	**(207)**
Ajuste de itens sem desembolso de caixa p/ conciliação do lucro antes dos impostos com o fluxo de caixa das atividades operacionais	
Depreciação e amortização	**17**
Provisões para garantias	**152**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(66)**
Provisão para desvalorização dos estoques	**362**
	258
Variações nas contas de ativos e passivos:	
Contas a receber	**934**
Estoques	**(2.642)**
Adiantamentos e outros créditos	**(28)**
Partes relacionadas	**5.686**
Impostos a recuperar	**(319)**
Outros ativos	**29**
Fornecedores	**254**
Impostos e contribuições a recolher	**325**
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(59)**
Salários e ordenados a pagar	**103**
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	**4.541**
Aumento (diminuição) líquido no caixa e equiv. de caixa	**4.541**
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	**-**
No final do período	**4.541**
Aumento (diminuição) líquido no caixa e equiv. de caixa	**4.541**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 30 de setembro de 2013 (Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Empresa: A **Siemens Aparelhos Auditivos Ltda**. ("a Empresa") é uma sociedade de responsabilidade limitada com sede social localizada na Rua Cenno Sbrighi, nº 45 - 5º andar - salas A, B e C e 6º andar - salas A e B, Edifício WT II, São Paulo - SP. Sua controladora direta é a Siemens Ltda. com sede em São Paulo - SP. A Empresa atua no ramo de desenvolvimento, fabricação, comercialização, distribuição, importação e exportação de aparelhos auditivos, equipamentos audiológicos, audiômetros e outros artigos relacionados, bem como a prestação de serviços a eles correlatos. A Empresa foi constituída em 1º de julho de 2013 sendo seu capital social de R$ 4.153 integralizado pelos quotistas Siemens Ltda. (com 4.152.698 quotas) e Siemens Eletroeletrônica Ltda. (com 10 quotas) por meio de transferência de certos ativos e passivos, avaliados a valor contábil com base em laudo de avaliação emitido por perito independente, assim resumidos:

Ativo	
Circulante	
Contas a receber	4.934
Estoques	870
Outros ativos circulantes	32
	5.836
Não circulante	
Imobilizado	650
	650
Total dos Ativos	**6.486**
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	255
Provisões trabalhistas	825
Provisões para garantias	1.254
	2.334
Total dos Passivos	**2.334**
Acervo líquido	4.153

2. Políticas contábeis: A emissão das demonstrações financeiras da Empresa foi aprovada pela Administração em 13 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras tomaram como base fatores objetivos e subjetivos, fundamentados em julgamentos da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem revisão dos custos e receitas decorrentes dos contratos de prestação de serviços, à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, determinação de passivos atuariais, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. **2.1. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida e a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. 2.1.1. Venda de produtos: A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem atendidas: • A Empresa transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; • A Empresa não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa. 2.1.2. Prestação de serviços: As receitas e os custos são reconhecidos na medida em que os serviços são executados e as seguintes condições forem satisfeitas: • O valor da receita ser confiavelmente mensurado; • Ser provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa; e • A proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada. Em determinados casos em que os contratos estabelecem cláusulas de desempenho que restrinjam o reconhecimento da receita, esta é diferida, bem como seus custos, até a aceitação final do serviço pelo cliente. 2.1.3. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica da receita financeira, na demonstração do resultado. **2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** 2.2.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da Empresa é o Real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. 2.2.2. Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos nas respectivas contas do resultado. **2.3. Tributação:** 2.3.1. Impostos sobre as vendas: As receitas de serviços prestados estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

COFINS - Contribuição para o Financ. da Seguridade Social	7,6%.
PIS - Programa de Integração Social	1,65%.
ISS - Imposto Sobre Serviços	De acordo com o município da prestação do serviço - 0,5% a 5%.
ICMS - Imposto sobre à Circulação de Mercadoria e Serviços	Conforme Estado - 18%, 12%, 7% 4%. Alguns produtos sujeitos ao Convênio 52/91 são passíveis de redução de base de cálculo.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado, conforme divulgado na nota 14. 2.3.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. A provisão para imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício. O imposto de renda e contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. 2.3.3. Imposto de renda e contribuição social - diferidos: Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo ou passivo não circulante, de acordo com a posição líquida de cada entidade tributável. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que essas não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos forem relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Estes ativos financeiros são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é calculado anualmente, e somente registrado, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo não estão sendo apresentados pelo seu valor presente, pois os efeitos relativos aos ajustes conforme calculados pela Administração da Empresa foram considerados irrelevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **2.6. Contas a receber:** Estes ativos financeiros estão apresentados a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **2.7. Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede aos custos de reposição ou aos valores de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas. A provisão para estoques obsoletos é constituída quando considerada necessária pela Administração. **2.8. Imobilizado:** Os ativos imobilizados da Empresa são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de créditos de ICMS, PIS/COFINS. Todos os custos incorridos que são necessários para que o ativo possa estar disponível para utilização são capitalizados. A Empresa adota a política de capitalizar custos subsequentes de reforma somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses custos forem prováveis e os itens sofrerem melhoria operacional significativa (aumento de vida útil). Se essa premissa não for cumprida, os custos são registrados na demonstração de resultado quando incorridos. A depreciação é calculada linearmente ao longo da vida útil dos ativos, a taxas que refletem a melhor estimativa de utilização desses ativos, com segue:

	Taxa anual	**Anos**
Máquinas e equipamentos	10%	10
Móveis e utensílios	20%	5
Veículos	25%	4
Benfeitorias*	10%	10
Equipamentos de computação	33,3%	3

(*) Ou o prazo do contrato, dos dois o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9. Redução ao valor recuperável de ativo:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso ou o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital ("WACC"). O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados. É provável que seja necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Estimativas significativas estão envolvidas na determinação das provisões relativas aos custos de garantia. **2.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação presente constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico futuro seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.**2.12. Instrumentos financeiros:** 2.12.1. Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; (iv) ativos financeiros disponíveis para venda; ou (v) derivativos classificados como instrumentos de *hedge*. A Empresa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos do resultado dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o bem. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber com terceiros e partes relacionadas. Em 30 de setembro de 2013, a Empresa mantinha somente ativos financeiros classificados nas categorias: i) valor justo por meio do resultado; e ii) empréstimos e recebíveis. *Mensuração subsequente:* A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação: *(i) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. *(ii) Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. *Desreconhecimento (baixa):* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; - A Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESP 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran PUBLICIDADE 11 3885.9696

[26439]-siemens_ltda_legal_bal_Anual_31-12-13_APA_AUDITIVODIA_DOESP.indd 1 15/01/2014 13:39:05

...continuação

(b) a Empresa não transferiu nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo. Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiverem executado um acordo de repasse, e não tiverem transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com o ativo. 2.12.2. Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros: *Desreconhecimento (baixa):* Nesse caso, a Empresa reconheceu um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações da Empresa. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Empresa, dos dois, o menor. A Empresa avalia nas datas dos balanços se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando houver indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionadas com defaults. 2.12.3. Passivo financeiro: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Empresa são: fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas e perdas não realizadas em operações com derivativos. *Mensuração subsequente:* A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *(i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. *(ii) Empréstimos e financiamentos:* Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. *Desreconhecimento (baixa):* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 2.12.4. Instrumentos financeiros apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.12.5. Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Em 30 de setembro de 2013, a Empresa não possuía instrumentos financeiros derivativos. **2.13. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRSs *(International Financial Reporting Standards)* publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes. Espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da sua vigência. A seguir, um resumo das principais normas IFRS publicadas e ainda não vigentes: IFRS 1 - Adoção inicial das normas internacionais: o IASB adicionou uma exceção para a aplicação retrospectiva da IFRS 9 (Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração) e do IAS 20 (Subvenções Governamentais). Estas alterações exigem que as empresas adotantes apliquem os requisitos da IAS 20 prospectivamente para os empréstimos em vigor na data de transição para as IFRS. No entanto, as entidades podem optar por aplicar os requisitos do IFRS 9 (ou IAS 39, como aplicável) e IAS 20 retrospectivamente, caso estejam disponíveis as informações necessárias no momento da contabilização inicial desse empréstimo. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de outubro de 2013. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração: a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015. IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas: a IFRS 10 substitui o SIC 12 e a IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A Administração não espera impactos às demonstrações financeiras como resultado da norma. **2.13. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** IFRS 11 - *Joint Ventures*: a IFRS 11 substitui o SIC 13 e a IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com essa norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e obrigações das partes dos acordos. As *joint ventures* devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional. A Administração não espera impactos às demonstrações financeiras como resultado da norma. IFRS 12 - Divulgação da participação em outras entidades: a IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A Administração não espera impactos às demonstrações financeiras como resultado da norma. IFRS 13 - Mensuração do valor justo: a IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. IFRS 7/IAS 32 - Instrumentos Financeiros: foi adicionado ao IFRS 7 o requerimento para que as empresas divulguem informações sobre compensações realizadas entre ativos e passivos financeiros e a alteração do IAS 32 veio clarificar o significado de "atualmente possui o direito legal de compensação". As normas passam a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e 2014 respectivamente. O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir, elencamos as principais emendas: IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas - como consequência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado. A Administração não espera impactos às demonstrações financeiras como resultado do esclarecimento. IAS 28 - Investimentos em coligadas - como consequência da aplicação futura das IFRS 11 e 12, a norma passa a ser a IAS28 - Investimentos em Associadas, *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método da equivalência patrimonial para investimento em joint ventures, além do investimento em associadas. A Administração não espera impactos às demonstrações financeiras como resultado do esclarecimento. IAS 36 - Divulgação sobre valor recuperável de ativos não financeiros - a emenda prevê requerimentos de divulgação adicionais referentes à identificação do valor justo menos os custos de venda ou baixa nos casos em que um *impairment* tenha sido contabilizado. A emenda passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. IAS 39 - Novação de derivativos e continuidade de *Hedge Accounting*: a emenda isenta a obrigatoriedade de descontinuar o *Hedge Accounting* quando existe a alteração da contraparte do contrato por requerimento legal. A Administração não espera impactos às demonstrações financeiras como resultado do esclarecimento. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2013
Bancos	921
Aplicações financeiras	3.620
	4.541

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários e compromissados, que podem ser resgatados imediatamente com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada. Essas aplicações financeiras são remuneradas à taxa de 75% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber

a) Composição

	2013
No país	4.107
Provisão para devedores duvidosos	(41)
	4.066

b) Abertura dos títulos a receber de clientes vencidos e a vencer

	2013
A vencer	3.700
Até 30 dias	211
31 a 60 dias	75
61 a 90 dias	51
Acima 90 dias	70
	4.107

c) Movimentação na provisão para devedores duvidosos

	2013
Em 1º de julho de 2013 (data da constituição da Empresa)	(112)
Reversão de provisão	66
Baixas	5
Saldo no fim do exercício	(41)

5. Estoques

a) Composição

	2013
Matérias-primas	3.887
Produtos em elaboração	100
(-) Provisão para desvalorização	(837)
	3.150

b) Movimentação na provisão para baixa de estoques obsoletos e para desvalorização

	2013
Em 1º de julho de 2013 (data da constituição da Empresa)	(520)
Formação/reversão de provisão	(362)
Baixas	45
Saldo no fim do exercício	(837)

6. Impostos e contribuições a recuperar

	2013
PIS e COFINS	55
IPI	81
Antecipação imposto de renda e contribuição social	30
ICMS	153
Ativo Circulante	319

7. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações registradas no resultado do exercício decorrem de transações realizadas em condições específicas estabelecidas entre as partes.

a) Balanço patrimonial

	2013
Ativo	
Duplicatas a receber:	
Siemens Ltda.	293
Total do ativo circulante	293
Passivo	
Fornecedores:	
Siemens Ltda.	(166)
Outras contas a pagar	
Siemens Ltda.	(5.812)
Total do passivo circulante	(5.978)

b) Demonstrativo de vendas e compras

	2013
Receita de vendas	
Siemens Ltda.	663
	663
Compra de mercadorias e prestação de serviço	
Siemens Ltda.	(407)
	(407)

c) Remuneração dos dirigentes: Os salários e benefícios de curto prazo pagos aos administradores da Empresa no período foram de R$ 104 mil.

8. Imobilizado

	2013
Custo	832
Depreciação acumulada	(199)
	633
Benfeitorias em imóveis de terceiros	225
Máquinas e equipamentos	90
Móveis e utensílios	280
Equipamentos de computação	38
Total	633

Custo	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Total
Em 1º/07/2013 (data da constituição da Empresa)	236	97	445	54	832
Adições	-	-	-	-	-
Alienação	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2013	**236**	**97**	**445**	**54**	**832**
Em 1º/07/2013 (data da constituição da Empresa)	(6)	(7)	(153)	(16)	(182)
Depreciação do período	(5)	-	(12)	-	(17)
Saldo em 30/09/2013	**(11)**	**(7)**	**(165)**	**(16)**	**(199)**
Imobilizado líquido em 30/09/2013	**225**	**90**	**280**	**38**	**633**

9. Impostos e contribuições a recolher

	2013
Contribuições previdenciárias	261
Imposto de renda e contribuição social	61
Outros	3
Total do passivo circulante	325

10. Imposto de renda e contribuição social: A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 30 de setembro de 2013 encontra-se resumida a seguir:

a) Composição

	2013
Imposto de renda e contribuição social correntes:	
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(190)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:	
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	660
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado	470

b) Conciliação da taxa efetiva: A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil nos exercícios findos em 30 de setembro de 2013 está descrita a seguir:

	2013
Lucro contábil antes dos impostos sobre o lucro	(207)
À alíquota fiscal de 34%	70
Despesas não dedutíveis para fins fiscais:	
Doações e brindes	(1)
Gratificações	(23)
Multas e sucatas	(107)
Perda com recebimento de créditos	(2)
Outras	533
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	470

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de setembro de 2013 referem-se a:

	Balanço patrimonial 2013	Resultado do exercício 2013
Provisão para garantias	478	478
Provisão para devedores duvidosos	14	14
Outras	168	168
Imp. de renda e contrib. social diferidos	**660**	**660**
Ativo diferido líquido		

d) Reconciliação do ativo (passivo) de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2013
Em 1º de julho de 2013 (data da constituição da Empresa)	-
Receita/(despesa) de imposto reconhecida no resultado	660
Saldo em 30 de setembro de 2013	660

e) Realização dos impostos diferidos: Com base no plano orçamentário, a expectativa da Administração é de que o imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de setembro de 2013 serão realizados da seguinte forma:

Ano	R$
2014	576
2015	84
Total	660

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas na data de preparação dos balanços. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas provisões. **11. Provisões para garantia:** Todos os produtos são vendidos com garantia de dois anos. A provisão é calculada com base no histórico de custo com garantias de equipamentos.

Movimentação da provisão:	2013
Saldo em 1º de julho de 2013 (laudo)	1.253
Formação	152
Saldos em 30 de setembro de 2013	1.405
Circulante	536
Não circulante	869

12. Patrimônio líquido: Capital social: Em 30 de setembro de 2013, o capital social, totalmente subscrito e integralizado de R$ 4.154 está representado por 4.153.707 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, sendo distribuídas como segue:

	Quotas
Siemens Ltda.	4.153.697
Siemens Eletroeletrônica Ltda.	10
	4.153.707

O contrato social da Empresa define que os lucros apurados terão o destino que for aprovado pela reunião dos sócios quotistas. A Administração da Empresa decidiu por não distribuir o lucro apurado no período. **13. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** O gerenciamento de risco financeiro da Siemens Aparelhos Auditivos é parte dos planos e execuções das estratégias de negócios da Empresa, sendo este estabelecido pela Diretoria. A estrutura organizacional da Empresa exige que cada um dos setores implemente programas de gerenciamento de risco financeiro sendo consistente com a política geral estabelecida pela Diretoria. Flutuações de Mercado podem resultar em riscos significantes de volatilidade nos fluxos de caixa e resultados da Empresa. Os negócios, bem como os investimentos, são afetados por mudanças em taxas de câmbio, juros. Para otimizar a alocação dos recursos financeiros para os setores e entidades, bem como assegurar um retorno desejável para seus controladores, a Empresa analisa e proativamente gerencia seus riscos de mercado associados. A Empresa procura gerenciar e controlar esses riscos primeiramente por meio de suas atividades operacionais e financeiras e utiliza instrumentos financeiros derivativos quando julga apropriado. Dentre as várias metodologias usadas para analisar e gerenciar riscos, a Siemens Aparelhos Auditivos implementou um sistema baseado no parâmetro de *Value at Risk* (VaR) pelo método de variância-covariância. A metodologia do *VaR* propicia a quantificação dos riscos de mercado baseado em volatilidades e correlações históricas de diferentes fatores de riscos sob as premissas do modelo de variância-covariância. Os dados-base para cálculo da *VaR* são: • Volatilidades e correlações históricas; • Período de 10 dias; • Grau de confiabilidade de 99,5%. Os resultados das demonstrações financeiras podem diferir significativamente do *VaR* devido a diferenças conceituais fundamentais. As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) enquanto os valores computados pelo *VaR* são resultado de um modelo cuja perspectiva é puramente financeira e representa uma potencial perda financeira que não será excedida dentre dez dias com uma probabilidade de 99,5%. O conceito do *VaR* é utilizado para administração interna de atividades de tesouraria. Embora o *VaR* seja uma importante ferramenta para mensuração de risco de mercado, as premissas em que o modelo é baseado possuem algumas limitações, incluindo: (a) um período de dez dias assume que é possível liquidar as posições dentro desse período, embora seja considerada uma premissa realista; na maioria dos casos, ela pode não ser válida durante longos períodos de mercado sem liquidez; (b) um grau de confiança de 99,5% não reflete perdas que podem ocorrer além desse nível; (c) há 0,5% de probabilidade estatística que as perdas possam superar o *VaR* calculado; e (d) o uso de dados históricos como base para estimar o comportamento de mercados e determinar suas possíveis oscilações futuras com base em comportamento estatístico nem sempre pode cobrir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional. Risco cambial - risco de transação e gerenciamento de risco cambial: As operações internacionais da Siemens expõem a Empresa ao risco cambial no curso normal das atividades. A Empresa emprega varias estratégias conforme descritas abaixo envolvendo o uso de instrumentos financeiros derivativos para mitigar ou eliminar essas exposições. Mudanças nas taxas de câmbio podem criar volatilidades indesejadas e imprevisíveis aos fluxos de caixa e resultados da Empresa. Ao conduzir negócios internacionais que levam a fluxos de caixa futuros denominados em uma moeda diferente de sua moeda funcional, a Empresa está exposta a riscos referentes a mudanças nas taxas de câmbio. A Empresa não contrata empréstimos ou investe em moedas estrangeiras de forma especulativa. Os empréstimos ou investimentos da Companhia são efetuados na sua moeda funcional ou protegidos por instrumentos de *hedging*. A Siemens Aparelhos Auditivos estabeleceu um processo de gerenciamento de risco que compreende a avaliação, monitoramento, reporte e *hedging* das suas transações com exposição em moeda estrangeira. As políticas corporativas da Empresa propiciam o conceito para identificação e determinação de uma única posição líquida em moeda estrangeira para cada setor ou entidade e determina que essas entidades e setores contratem instrumentos de *hedge* para no mínimo 75%, e não mais que 100%, de sua posição líquida em moeda estrangeira. Além disso, essas políticas propiciam um arcabouço da estrutura organizacional necessária para o gerenciamento de risco cambial. A Siemens Aparelhos Auditivos define como exposição cambial além dos itens do Balanço Patrimonial, compromissos firmes denominados em moeda estrangeira e fluxos de caixa de transações previstas para os próximos três meses. Não há derivativos contratados na Empresa pois, no período reportado, não há exposição cambial. Risco de liquidez: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado de capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações. A Empresa administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 30 de setembro de 2013. Risco de crédito: O risco de crédito é definido como uma perda inesperada nos fluxos de caixa e resultados quando o cliente não é capaz de pagar suas obrigações nos prazos de vencimento ou se o valor de fianças não é executado. O eficaz controle e monitoramento de risco de crédito é uma competência principal do nosso sistema de gerenciamento de riscos. A Siemens Aparelhos Auditivos implementou uma política de crédito

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESP 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran PUBLICIDADE 11 3885.9696

[26439]-siemens_ltda_legal_bal_Anual_31-12-13_APA_AUDITIVODIA_DOESP.indd 2 15/01/2014 13:39:08

concisa. Dessa forma, avaliação de crédito e *ratings* são efetuadas para todos os clientes com uma exposição e/ou que requeira crédito além dos limites estabelecidos centralmente. Os *ratings* dos clientes bem como os limites de crédito são baseados nas metodologias de *rating* geralmente aceitas, com o *input* de informações consistentes obtidas dos clientes, agências de *rating* externas e dados históricos das experiências com os clientes. Como parte do processo, especialistas de gerenciamento de riscos interno determinam e constantemente atualizam os *ratings* e limites de crédito para os clientes públicos e privados da Siemens Aparelhos Auditivos. Para clientes públicos, nossa política determina que o *rating* aplicado para clientes individuais não seja melhor do que o *rating* mais fraco de soberania do país respectivo divulgado pelas agências Moody's, S&P's, e Fitch. O risco de crédito é registrado e monitorado de forma contínua por meio de diferentes sistemas e processos dependendo do produto. Sistemas centrais são utilizados para monitorar o risco da contraparte de forma contínua, além de algumas ferramentas descentralizadas utilizadas para análise individual do risco de crédito nas unidades operacionais. Um sistema de TI processa os dados das unidades operacionais junto às informações padrões e *ratings* e calcula uma estimativa que pode ser usada como base para provisões para créditos de liquidação duvidosa e, além disso, informações qualitativas também são consideradas. Em 30 de setembro de 2013, a Empresa não possui fianças bancárias como garantia de recebíveis. Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros são classificados conforme descrito a seguir:

	Custo amortizado, por meio do método de juros efetivos
Ativos financeiros	
Caixa e equivalentes de caixa	4.541
Contas a receber de clientes	4.066
Recebíveis com partes relacionadas	293
Total	8.900
Passivos financeiros	
Contas a pagar a fornecedores	509
Contas a pagar com partes relacionadas	5.978
Total	6.487

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado de capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações. A Empresa administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 30 de setembro de 2013. Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2013 podem ser assim sumariados:

	30/09/2013
Fornecedores	509
Impostos e contribuições a recolher	325
Obrigações trabalhistas	928
Partes relacionadas	5.978
Imposto de renda e contribuição social a pagar	131
Provisões para garantias	1.405
Dívida líquida	9.276
Patrimônio líquido	4.417
Patrimônio líquido e dívida líquida	13.693
Coeficiente de alavancagem	0,32

14. Receita operacional líquida	2013
Receita operacional bruta	
Venda de produtos	5.247
Deduções	
Impostos sobre as vendas	(534)
Devoluções e abatimentos	(14)
	(548)
Receita operacional líquida	4.699

15. Resultado por natureza	2013
Classificado por função:	
Custo dos produtos vendidos	(3.551)
Com vendas, gerais e administrativas	(1.391)
	(4.942)
Classificado por natureza:	
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(2.916)
Despesas com pessoal	(1.182)
Serviços de terceiros	(438)
Despesas de vendas	(166)
Depreciação e amortização	(17)
Fretes	(82)
Outras despesas	(141)
	(4.942)

16. Resultado financeiro líquido	2013
Receitas financeiras	
Juros aplicações financeiras	36
	36
Resultado financeiro líquido	36

17. Cobertura de seguros: A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 30 de setembro de 2013, a cobertura de seguros está demonstrada a seguir:

	2013
Riscos operacionais	6.720
Responsabilidade civil	22.869
	22.589

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Empresa e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Membros da Administração
Fernando Dotenhefner - Diretor
Marcelo Correa Ramalho - Diretor

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da **Siemens Aparelhos Auditivos Ltda.** Examinamos as demonstrações financeiras da Siemens Aparelhos Auditivos Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao período de 1º de julho de 2013 (data da constituição da Empresa) a 30 de setembro de 2013, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Siemens Aparelhos Auditivos Ltda. em 30 de setembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 13 de dezembro de 2013.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes
S.S. - CRC-2SP015199/O-6

Antonio Humberto Barros dos Santos
Contador CRC-1SP161745/O-3

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESP 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran PUBLICIDADE 11 3885.9696

[26439]-siemens_ltda_legal_bal_Anual_31-12-13_APA_AUDITIVODIA_DOESP.indd 3 15/01/2014 13:39:08

Siemens Aparelhos Auditivos Ltda.

CNPJ nº 14.011.614/0001-83

Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial - 30 de setembro de 2013 (Em milhares de reais)

Ativo	2013
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	4.541
Contas a receber (Nota 4)	4.066
Estoques (Nota 5)	3.150
Partes relacionadas (Nota 7)	293
Adiantamentos e outros créditos	28
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 6)	319
Total do ativo circulante	12.397
Não circulante	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	660
Outros ativos circulantes	3
Imobilizado (Nota 8)	633
Total do ativo não circulante	1.296
Total do ativo	13.693

Passivo	2013
Circulante	
Fornecedores	509
Impostos e contribuições a recolher (Nota 9)	325
Obrigações trabalhistas	928
Partes relacionadas (Nota 7)	5.978
Provisão para imposto de renda e contribuição social	131
Provisão para garantias (Nota 11)	536
Total do passivo circulante	8.407
Não circulante	
Provisões para garantias (Nota 11)	869
Total do passivo não circulante	869
Patrimônio líquido	
Capital social (Nota 12)	4.154
Lucros acumulados	263
Total do patrimônio líquido	4.417
Total do passivo	13.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Período de 01 de julho de 2013 (data da constituição da Empresa) a 30 de setembro de 2013 (Em milhares de reais)

	2013
Receita operacional líquida (Nota 14)	4.699
Custo dos produtos vendidos e dos serv. prestados (Nota 15)	(3.551)
Lucro bruto	1.148
Receitas (despesas) operacionais:	
Vendas, administrativas e gerais (Nota 15)	(1.391)
	(1.391)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	(243)
Receitas financeiras (Nota 16)	36
Resultado financeiro líquido (Nota 16)	36
Prejuízo antes do imp. de renda e da contrib. social	(207)
Imp. de renda e contribuição social corrente (Nota 10)	(190)
Imp. de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	660
	470
Lucro líquido do exercício	263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Período de 01 de julho de 2013 (data da constituição da Empresa) a 30 de setembro de 2013 (Em milhares de reais)

	2013
Lucro líquido do exercício	263
Resultado abrangente total	263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Período de 01 de julho de 2013 (data da constituição da Empresa) a 30 de setembro de 2013 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	2013
Prejuízo antes do imp. de renda e da contribuição social	(207)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa p/ conciliação do lucro antes dos impostos com o fluxo de caixa das atividades operacionais	
Depreciação e amortização	17
Provisões para garantias	152
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(66)
Provisão para desvalorização dos estoques	362
	258
Variações nas contas de ativos e passivos:	
Contas a receber	934
Estoques	(2.642)
Adiantamentos e outros créditos	(28)
Partes relacionadas	5.686
Impostos a recuperar	(319)
Outros ativos	29
Fornecedores	254
Impostos e contribuições a recolher	325
Imposto de renda e contribuição social pagos	(59)
Salários e ordenados a pagar	103
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	4.541
Aumento (diminuição) líquido no caixa e equiv. de caixa	4.541
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No final do período	4.541
Aumento (diminuição) líquido no caixa e equiv. de caixa	4.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de 01 de julho de 2013 (data da constituição da Empresa) a 30 de setembro de 2013 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Integralização de capital social em 1º/07/2013	4.154	-	-	4.154
Lucro do exercício	-	-	263	263
Transferência do lucro do exercício	-	263	(263)	-
Saldos em 30/09/2013	4.154	263	-	4.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 30 de setembro de 2013 (Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Empresa: A Siemens Aparelhos Auditivos Ltda. ("a Empresa") é uma sociedade de responsabilidade limitada com sede social localizada na Rua Cenno Sbrighi, nº 45 - 5º andar - salas A, B e C e 6º andar - salas A e B, Edifício WT II, São Paulo - SP. Sua controladora direta é a Siemens Ltda. com sede em São Paulo - SP. A Empresa atua no ramo de desenvolvimento, fabricação, comercialização, distribuição, importação e exportação de aparelhos auditivos, equipamentos audiológicos, audiômetros e outros artigos relacionados, bem como a prestação de serviços a eles correlatos. A Empresa foi constituída em 1º de julho de 2013 sendo seu capital social de R$ 4.153 integralizado pelos quotistas Siemens Ltda. (com 4.152.698 quotas) e Siemens Eletroeletrônica Ltda. (com 10 quotas) por meio de transferência de certos ativos e passivos, avaliados a valor contábil com base em laudo de avaliação emitido por perito independente, assim resumidos:

Ativo	
Circulante	
Contas a receber	4.934
Estoques	870
Outros ativos circulantes	32
	5.836
Não circulante	
Imobilizado	650
	650
Total dos Ativos	6.486
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	255
Provisões trabalhistas	825
Provisões para garantias	1.254
	2.334
Total dos Passivos	2.334
Acervo líquido	4.153

2. Políticas contábeis: A emissão das demonstrações financeiras da Empresa foi aprovada pela Administração em 13 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras tomaram como base fatores objetivos e subjetivos, fundamentados em julgamentos da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem revisão dos custos e receitas decorrentes dos contratos de prestação de serviços, à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, determinação de passivos atuariais, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. **2.1. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida e a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. 2.1.1. Venda de produtos: A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem atendidas: • A Empresa transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; • A Empresa não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa. 2.1.2. Prestação de serviços: As receitas e os custos são reconhecidos na medida em que os serviços são executados e as seguintes condições forem satisfeitas: • O valor da receita ser confiavelmente mensurado; • Ser provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa; e • A proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada. Em determinados casos em que os contratos estabelecem cláusulas de desempenho que restrinjam o reconhecimento da receita, esta é diferida, bem como seus custos, até a aceitação final do serviço pelo cliente. 2.1.3. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica da receita financeira, na demonstração do resultado das demonstrações financeiras. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo não estão sendo apresentados pelo seu valor presente, pois os efeitos relativos aos ajustes conforme calculados pela Administração da Empresa foram considerados irrelevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **2.6. Contas a receber:** Estes ativos financeiros estão apresentados a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **2.7. Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede aos custos de reposição ou aos valores de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas. A provisão para estoques obsoletos é constituída quando considerada necessária pela Administração. **2.8. Imobilizado:** Os ativos imobilizados da Empresa são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de créditos de ICMS, PIS/COFINS. Todos os custos incorridos que são necessários para que o ativo possa estar disponível para utilização são capitalizados. A Empresa adota a política de capitalizar custos subsequentes de reforma somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses custos forem prováveis e os itens sofrerem melhoria operacional significativa (aumento de vida útil). Se essa premissa não for cumprida, os custos são registrados na demonstração de resultado quando incorridos. A depreciação é calculada linearmente ao longo da vida útil dos ativos, a taxas que refletem a melhor estimativa de utilização desses ativos, com segue:

	Taxa anual	Anos
Máquinas e equipamentos	10%	10
Móveis e utensílios	20%	5
Veículos	25%	4
Benfeitorias*	10%	10
Equipamentos de computação	33,3%	3

(*) Ou o prazo do contrato, dos dois o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9. Redução ao valor recuperável de ativo:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso ou o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital ("WACC"). O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados. É provável que seja necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Estimativas significativas estão envolvidas na determinação das provisões relativas aos custos de garantia. **2.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação presente constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico futuro seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.**2.12. Instrumentos financeiros:** 2.12.1. Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 2.12.4. Instrumentos financeiros apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.12.5. Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Em 30 de setembro de 2013, a Empresa não possuía instrumentos financeiros derivativos. **2.13. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRSs *(International Financial Reporting Standards)* publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes. Espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da sua vigência. A seguir, um resumo das principais normas IFRS publicadas e ainda não vigentes: IFRS 1 - Adoção inicial das normas internacionais: o IASB adicionou uma exceção para a aplicação retrospectiva da IFRS 9 (Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração) e do IAS 20 (Subvenções Governamentais). Estas alterações exigem que as empresas adotantes apliquem os requisitos da IAS 20 prospectivamente para os empréstimos em vigor na data de transição para as IFRS. No entanto, as entidades podem optar por aplicar os requisitos do IFRS 9 (ou IAS 39, como aplicável) e IAS 20 retrospectivamente, caso estejam disponíveis as informações necessárias no momento da contabilização inicial desse empréstimo. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de outubro de 2013. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração: a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015. IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas: a IFRS 10 substitui o SIC 12 e a IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A Administração não espera impactos às demonstrações financeiras como resultado da norma. **2.13. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** IFRS 11 - *Joint Ventures*: a IFRS 11 substitui o SIC 13 e a IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com essa norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e obrigações das partes dos acordos. As *joint ventures* devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional. A Administração não espera impactos às demonstrações financeiras como resultado da norma. IFRS 12 - Divulgação da participação em outras entidades: a IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A Administração não espera impactos às demonstrações financeiras como resultado da norma. IFRS 13 - Mensuração do valor justo: a IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. IFRS 7/IAS 32 - Instrumentos Financeiros: foi adicionado ao IFRS 7 o requerimento para que as empresas divulguem informações sobre compensações realizadas entre ativos e passivos financeiros e a alteração do IAS 32 veio clarificar o significado de "atualmente possui o direito legal de compensação". As normas passam a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e 2014 respectivamente. venda ou baixa nos casos em que um *impairment* tenha sido contabilizado. A emenda passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. IAS 39 - Novação de derivativos e continuidade de *Hedge Accounting*: a emenda isenta a obrigatoriedade de descontinuar o *Hedge Accounting* quando existe a alteração da contraparte do contrato por requerimento legal. A Administração não espera impactos às demonstrações financeiras como resultado do esclarecimento. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

3. Caixa e equivalentes de caixa	2013
Bancos	921
Aplicações financeiras	3.620
	4.541

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários e compromissados, que podem ser resgatados imediatamente com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada. Essas aplicações financeiras são remuneradas à taxa de 75% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber

a) Composição	2013
No país	4.107
Provisão para devedores duvidosos	(41)
	4.066

b) Abertura dos títulos a receber de clientes vencidos e a vencer	2013
A vencer	3.700
Até 30 dias	211
31 a 60 dias	75
61 a 90 dias	51
Acima 90 dias	70
	4.107

c) Movimentação na provisão para devedores duvidosos	2013
Em 1º de julho de 2013 (data da constituição da Empresa)	(112)
Reversão de provisão	66
Baixas	5
Saldo no fim do exercício	(41)

5. Estoques

a) Composição	2013
Matérias-primas	3.887
Produtos em elaboração	100
(-) Provisão para desvalorização	(837)
	3.150

b) Movimentação na provisão para baixa de estoques obsoletos e para desvalorização	2013
Em 1º de julho de 2013 (data da constituição da Empresa)	(520)
Formação/reversão de provisão	(362)
Baixas	45
Saldo no fim do exercício	(837)

6. Impostos e contribuições a recuperar	2013
PIS e COFINS	55
IPI	81
Antecipação imposto de renda e contribuição social	30
ICMS	153
Ativo Circulante	319

7. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações registradas no resultado do exercício decorrem de transações realizadas em condições específicas estabelecidas entre as partes.

a) Balanço patrimonial	2013
Ativo	
Duplicatas a receber:	
Siemens Ltda.	293
Total do ativo circulante	293
Passivo	
Fornecedores:	
Siemens Ltda.	(166)
Outras contas a pagar	
Siemens Ltda.	(5.812)
Total do passivo circulante	(5.978)

b) Demonstrativo de vendas e compras	2013
Receita de vendas	
Siemens Ltda.	663

do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica da receita financeira, na demonstração do resultado. **2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** 2.2.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da Empresa é o Real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. 2.2.2. Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos nas respectivas contas do resultado. **2.3. Tributação:** 2.3.1. Impostos sobre as vendas: As receitas de serviços prestados estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

COFINS - Contribuição para o Financ. da Seguridade Social	7,6%.
PIS - Programa de Integração Social	1,65%.
ISS - Imposto Sobre Serviços	De acordo com o município da prestação do serviço - 0,5% a 5%.
ICMS - Imposto sobre à Circulação de Mercadoria e Serviços	Conforme Estado - 18%, 12%, 7% 4%. Alguns produtos sujeitos ao Convênio 52/91 são passíveis de redução de base de cálculo.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado, conforme divulgado na nota 14. 2.3.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. A provisão para imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício. O imposto de renda e contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. 2.3.3. Imposto de renda e contribuição social - diferidos: Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo ou passivo não circulante, de acordo com a posição líquida de cada entidade tributável. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que essas não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos forem relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Estes ativos financeiros são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é calculado anualmente, e somente registrado, quando o efeito é considerado relevante em relação ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.12. Instrumentos financeiros:** 2.12.1. Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; (iv) ativos financeiros disponíveis para venda; ou (v) derivativos classificados como instrumentos de *hedge*. A Empresa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos do resultado dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o bem. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber com terceiros e partes relacionadas. Em 30 de setembro de 2013, a Empresa mantinha somente ativos financeiros classificados nas categorias: i) valor justo por meio do resultado; e ii) empréstimos e recebíveis. *Mensuração subsequente:* A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação: *(i) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. *(ii) Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. *Desreconhecimento (baixa):* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; - A Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Empresa não transferiu nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo. Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiverem executado um acordo de repasse, e não tiverem transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com o ativo. 2.12.2. Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros: *Desreconhecimento (baixa):* Nesse caso, a Empresa reconheceu um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações da Empresa. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Empresa, dos dois, o menor. A Empresa avalia nas datas dos balanços se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando houver indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionadas com defaults. 2.12.3. Passivo financeiro: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Empresa são: fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas e perdas não realizadas em operações com derivativos. *Mensuração subsequente:* A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *(i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. *(ii) Empréstimos e financiamentos:* Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. *Desreconhecimento (baixa):* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes

a alteração do IAS 32 veio clarificar o significado de "atualmente possui o direito legal de compensação". As normas passam a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e 2014 respectivamente. O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir, elencamos as principais emendas: IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas - como consequência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado. A Administração não espera impactos às demonstrações financeiras como resultado do esclarecimento. IAS 28 - Investimentos em coligadas - como consequência da aplicação futura das IFRS 11 e 12, a norma passa a ser a IAS28 - Investimentos em Associadas, *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método da equivalência patrimonial para investimento em joint ventures, além do investimento em associadas. A Administração não espera impactos às demonstrações financeiras como resultado do esclarecimento. IAS 36 - Divulgação sobre valor recuperável de ativos não financeiros - a emenda prevê requerimentos de divulgação adicionais referentes à identificação do valor justo menos os custos de

Custo	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Total
Em 1º/07/2013 (data da constituição da Empresa)	236	97	445	54	832
Adições	-	-	-	-	-
Alienação	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2013	**236**	**97**	**445**	**54**	**832**
Em 1º/07/2013 (data da constituição da Empresa)	(6)	(7)	(153)	(16)	(182)
Depreciação do período	(5)	-	(12)	-	(17)
Saldo em 30/09/2013	**(11)**	**(7)**	**(165)**	**(16)**	**(199)**
Imobilizado líquido em 30/09/2013	**225**	**90**	**280**	**38**	**633**

9. Impostos e contribuições a recolher	**2013**
Contribuições previdenciárias	**261**
Imposto de renda e contribuição social	**61**
Outros	**3**
Total do passivo circulante	**325**

10. Imposto de renda e contribuição social: A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 30 de setembro de 2013 encontra-se resumida a seguir:

a) Composição

	2013
Imposto de renda e contribuição social correntes:	
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	**(190)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos:	
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	**660**
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado	**470**

b) Conciliação da taxa efetiva: A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil nos exercícios findos em 30 de setembro de 2013 está descrita a seguir:

	2013
Lucro contábil antes dos impostos sobre o lucro	**(207)**
À alíquota fiscal de 34%	**70**
Despesas não dedutíveis para fins fiscais:	
Doações e brindes	**(1)**
Gratificações	**(23)**
Multas e sucatas	**(107)**
Perda com recebimento de créditos	**(2)**
Outras	**533**
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	**470**

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de setembro de 2013 referem-se a:

	Balanço patrimonial 2013	**Resultado do exercício 2013**
Provisão para garantias	478	478
Provisão para devedores duvidosos	14	14
Outras	168	168
Imp. de renda e contrib. social diferidos	**660**	**660**
Ativo diferido líquido		

d) Reconciliação do ativo (passivo) de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2013
Em 1º de julho de 2013 (data da constituição da Empresa)	**-**
Receita/(despesa) de imposto reconhecida no resultado	**660**
Saldo em 30 de setembro de 2013	**660**

e) Realização dos impostos diferidos: Com base no plano orçamentário, a expectativa da Administração é de que o imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de setembro de 2013 serão realizados da seguinte forma:

Ano	**R$**
2014	576
2015	84
Total	**660**

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas na data de preparação dos balanços. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas provisões. **11. Provisões para garantia:** Todos os produtos são vendidos com garantia de dois anos. A provisão é calculada com base no histórico de custo com garantias de equipamentos.

Movimentação da provisão:	**2013**
Saldo em 1º de julho de 2013 (laudo)	**1.253**
Formação	**152**
Saldos em 30 de setembro de 2013	**1.405**
Circulante	536
Não circulante	869

b) Demonstrativo de vendas e compras

	2013
Receita de vendas	
Siemens Ltda.	**663**
	663
Compra de mercadorias e prestação de serviço	
Siemens Ltda.	**(407)**
	(407)

c) Remuneração dos dirigentes: Os salários e benefícios de curto prazo pagos aos administradores da Empresa no período foram de R$ 104 mil.

8. Imobilizado	**2013**
Custo	**832**
Depreciação acumulada	**(199)**
	633
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**225**
Máquinas e equipamentos	**90**
Móveis e utensílios	**280**
Equipamentos de computação	**38**
Total	**633**

12. Patrimônio líquido: Capital social: Em 30 de setembro de 2013, o capital social, totalmente subscrito e integralizado de R$ 4.154 está representado por 4.153.707 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, sendo distribuídas como segue:

	Quotas
Siemens Ltda.	4.153.697
Siemens Eletroeletrônica Ltda.	10
	4.153.707

O contrato social da Empresa define que os lucros apurados terão o destino que for aprovado pela reunião dos sócios quotistas. A Administração da Empresa decidiu por não distribuir o lucro apurado no período. **13. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** O gerenciamento de risco financeiro da Siemens Aparelhos Auditivos é parte dos planos e execuções das estratégias de negócios da Empresa, sendo este estabelecido pela Diretoria. A estrutura organizacional da Empresa exige que cada um dos setores implemente programas de gerenciamento de risco financeiro sendo consistente com a política geral estabelecida pela Diretoria. Flutuações de Mercado podem resultar em riscos significantes de volatilidade nos fluxos de caixa e resultados da Empresa. Os negócios, bem como os investimentos, são afetados por mudanças em taxas de câmbio, juros. Para otimizar a alocação dos recursos financeiros para os setores e entidades, bem como assegurar um retorno desejável para seus controladores, a Empresa analisa e proativamente gerencia seus riscos de mercado associados. A Empresa procura gerenciar e controlar esses riscos primeiramente por meio de suas atividades operacionais e financeiras e utiliza instrumentos financeiros derivativos quando julga apropriado. Dentre as várias metodologias usadas para analisar e gerenciar riscos, a Siemens Aparelhos Auditivos implementou um sistema baseado no parâmetro de *Value at Risk* (VaR) pelo método de variância-covariância. A metodologia do *VaR* propicia a quantificação dos riscos de mercado baseado em volatilidades e correlações históricas de diferentes fatores de riscos sob as premissas do modelo de variância-covariância. Os dados-base para cálculo da *VaR* são: • Volatilidades e correlações históricas; • Período de 10 dias; • Grau de confiabilidade de 99,5%. Os resultados das demonstrações financeiras podem diferir significativamente do *VaR* devido a diferenças conceituais fundamentais. As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) enquanto os valores computados pelo *VaR* são resultado de um modelo cuja perspectiva é puramente financeira e representa uma potencial perda financeira que não será excedida dentre dez dias com uma probabilidade de 99,5%. O conceito do *VaR* é utilizado para administração interna de atividades de tesouraria. Embora o *VaR* seja uma importante ferramenta para mensuração de risco de mercado, as premissas em que o modelo é baseado possuem algumas limitações, incluindo: (a) um período de dez dias assume que é possível liquidar as posições dentro desse período, embora seja considerada uma premissa realista; na maioria dos casos, ela pode não ser válida durante longos períodos de mercado sem liquidez; (b) um grau de confiança de 99,5% não reflete perdas que podem ocorrer além desse nível; (c) há 0,5% de probabilidade estatística que as perdas possam superar o *VaR* calculado; e (d) o uso de dados históricos como base para estimar o comportamento de mercados e determinar suas possíveis oscilações futuras com base em comportamento estatístico nem sempre pode cobrir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional. Risco cambial - risco de transação e gerenciamento de risco cambial: As operações internacionais da Siemens expõem a Empresa ao risco cambial no curso normal das atividades. A Empresa emprega varias estratégias conforme descritas abaixo envolvendo o uso de instrumentos financeiros derivativos para mitigar ou eliminar essas exposições. Mudanças nas taxas de câmbio podem criar volatilidades indesejadas e imprevisíveis aos fluxos de caixa e resultados da Empresa. Ao conduzir negócios internacionais que levam a fluxos de caixa futuros denominados em uma moeda diferente de sua moeda funcional, a Empresa está exposta a riscos referentes a mudanças nas taxas de câmbio. A Empresa não contrata empréstimos ou investe em moedas estrangeiras de forma especulativa. Os empréstimos ou investimentos da Companhia são efetuados na sua moeda funcional ou protegidos por instrumentos de *hedging*.

continua...

...continuação

A Siemens Aparelhos Auditivos estabeleceu um processo de gerenciamento de risco que compreende a avaliação, monitoramento, reporte e *hedging* das suas transações com exposição em moeda estrangeira. As políticas corporativas da Empresa propiciam o conceito para identificação e determinação de uma única posição líquida em moeda estrangeira para cada setor ou entidade e determina que essas entidades e setores contratem instrumentos de *hedge* para no mínimo 75%, e não mais que 100%, de sua posição líquida em moeda estrangeira. Além disso, essas políticas propiciam um arcabouço da estrutura organizacional necessária para o gerenciamento de risco cambial. A Siemens Aparelhos Auditivos define como exposição cambial além dos itens do Balanço Patrimonial, compromissos firmes denominados em moeda estrangeira e fluxos de caixa de transações previstas para os próximos três meses. Não há derivativos contratados na Empresa pois, no período reportado, não há exposição cambial. Risco de liquidez: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado de capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações. A Empresa administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 30 de setembro de 2013. Risco de crédito: O risco de crédito é definido como uma perda inesperada nos fluxos de caixa e resultados quando o cliente não é capaz de pagar suas obrigações nos prazos de vencimento ou se o valor de fianças não é executado. O eficaz controle e monitoramento de risco de crédito é uma competência principal do nosso sistema de gerenciamento de riscos. A Siemens Aparelhos Auditivos implementou uma política de crédito concisa. Dessa forma, avaliação de crédito e *ratings* são efetuadas para todos os clientes com uma exposição e/ou que requeira crédito além dos limites estabelecidos centralmente. Os *ratings* dos clientes bem como os limites de crédito são baseados nas metodologias de *rating* geralmente aceitas, com o *input* de informações consistentes obtidas dos clientes, agências de *rating* externas e dados históricos das experiências com os clientes. Como parte do processo, especialistas de gerenciamento de riscos interno determinam e constantemente atualizam os *ratings* e limites de crédito para os clientes públicos e privados da Siemens Aparelhos Auditivos. Para clientes públicos, nossa política determina que o *rating* aplicado para clientes individuais não seja melhor do que o *rating* mais fraco de soberania do país respectivo divulgado pelas agências Moody's, S&P's, e Fitch. O risco de crédito é registrado e monitorado de forma contínua por meio de diferentes sistemas e processos dependendo do produto. Sistemas centrais são utilizados para monitorar o risco da contraparte de forma contínua, além de algumas ferramentas descentralizadas utilizadas para análise individual do risco de crédito nas unidades operacionais. Um sistema de TI processa os dados das unidades operacionais junto às informações padrões e *ratings* e calcula uma estimativa que pode ser usada como base para provisões para créditos de liquidação duvidosa e, além disso, informações qualitativas também são consideradas. Em 30 de setembro de 2013, a Empresa não possui fianças bancárias como garantia de recebíveis. Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros são classificados conforme descrito a seguir:

	Custo amortizado, por meio do método de juros efetivos
Ativos financeiros	
Caixa e equivalentes de caixa	**4.541**
Contas a receber de clientes	**4.066**
Recebíveis com partes relacionadas	**293**
Total	**8.900**
Passivos financeiros	
Contas a pagar a fornecedores	**509**
Contas a pagar com partes relacionadas	**5.978**
Total	**6.487**

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado de capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações. A Empresa administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 30 de setembro de 2013. Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2013 podem ser assim sumariados:

	30/09/2013
Fornecedores	**509**
Impostos e contribuições a recolher	**325**
Obrigações trabalhistas	**928**
Partes relacionadas	**5.978**
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**131**
Provisões para garantias	**1.405**
Dívida líquida	**9.276**
Patrimônio líquido	**4.417**
Patrimônio líquido e dívida líquida	**13.693**
Coeficiente de alavancagem	**0,32**

14. Receita operacional líquida	**2013**
Receita operacional bruta	
Venda de produtos	**5.247**
Deduções	
Impostos sobre as vendas	**(534)**
Devoluções e abatimentos	**(14)**
Receita operacional líquida	**4.699**

15. Resultado por natureza	**2013**
Classificado por função:	
Custo dos produtos vendidos	**(3.551)**
Com vendas, gerais e administrativas	**(1.391)**
	(4.942)
Classificado por natureza:	
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	**(2.916)**
Despesas com pessoal	**(1.182)**
Serviços de terceiros	**(438)**
Despesas de vendas	**(166)**
Depreciação e amortização	**(17)**
Fretes	**(82)**
Outras despesas	**(141)**
	(4.942)

16. Resultado financeiro líquido	**2013**
Receitas financeiras	
Juros aplicações financeiras	**36**
	36
Resultado financeiro líquido	**36**

17. Cobertura de seguros: A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 30 de setembro de 2013, a cobertura de seguros está demonstrada a seguir:

	2013
Riscos operacionais	**6.720**
Responsabilidade civil	**22.869**
	22.589

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Empresa e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Membros da Administração

Fernando Dotenhefner - Diretor

Marcelo Correa Ramalho - Diretor

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da **Siemens Aparelhos Auditivos Ltda.** Examinamos as demonstrações financeiras da Siemens Aparelhos Auditivos Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao período de 1º de julho de 2013 (data da constituição da Empresa) a 30 de setembro de 2013, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Siemens Aparelhos Auditivos Ltda. em 30 de setembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 13 de dezembro de 2013.

EY
Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes
S.S. - CRC-2SP015199/O-6

Antonio Humberto Barros dos Santos
Contador CRC-1SP161745/O-3

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: ODIA 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran
11 3885.9696